

## **XI Encontro da Rede de Estudos Rurais**

**01 a 05 de Setembro de 2025 – Vitória da Conquista/BA**

### **Texto síntese: GT 9 - Violência e repressão no campo: persistências e (re)atualizações em tempos de mudanças climáticas**

Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRJ)  
Regina Coelly Fernandes Saraiva (MADER/UnB)

A temática do GT, violência e repressão no campo, tem sido sistematicamente discutida nos Encontros da Rede de Estudos Rurais. Nos anos recentes, os debates trouxeram discussões centradas nas continuidades e descontinuidades da repressão e da violência no campo, bem como sobre os direitos de organização e as resistências dos trabalhadores e trabalhadoras, nos seus diversos modos de vida e inserções produtivas.

Pesquisas acadêmicas sobre as relações entre períodos repressivos e o campo brasileiro, ainda pouco visibilizadas, fazem parte das discussões que o GT tem promovido, visando, entre outros aspectos, que no âmbito da Rede de Estudos Rurais esse debate não se perca. Como apontado por Michael Pollack, memória e esquecimento são eixos fundamentais da disputa de poder e envolvem concorrência em torno do conteúdo e do modo como a memória coletiva se constrói nas sociedades (Pollack, 1989). Por isso o GT tem insistido no debate de estudos que versem sobre experiências de camponeses e camponesas atingidos pela repressão e violência no campo em diferentes tempos históricos, lugares e situações.

Esse campo de estudo se soma às discussões públicas promovidas desde a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Comissões da

Verdade Estaduais, mas, sobretudo, no trabalho realizado pela Comissão Camponesa da Verdade (CCV) sobre memória camponesa, verdade, justiça e reparação. No contexto da justiça de transição, processos reparativos e seus mecanismos podem ser traduzidos como parte da resistência camponesa. Tratar da violência nas suas diferentes formas e contextos é um investimento no sentido de (re)situar os atores na história, dando-lhes visibilidade e reconhecimento como sujeitos dotados de agência e cujas resistências e propostas precisam ser visibilizadas como forma de produzir o reconhecimento de suas práticas, para que não caiam no esquecimento.

O cenário violento e de massacres, com assassinatos de trabalhadores rurais e outras violações de direitos, que ainda persiste no campo, em momentos reconhecidos como democráticos (vide os recentes casos dos ataques ao acampamento Terra Prometida, em Marabá, no Pará, em outubro de 2024 e ao assentamento Olga Benário, em Tremembé, São Paulo, em janeiro de 2025), nos impõe a necessidade do debate sobre o tema, não como algo do passado, mas para entender em que condições a violência e repressão no campo persistem e se (re)atualizam, em especial em momentos de fragilidades e crises políticas.

Em diálogo com as questões globais e transnacionais, em tempos de mudanças climáticas, preocupação trazida para este XI Encontro da Rede de Estudos Rurais, cujo tema central foi *(In)justiça social e ruralidades em tempos de emergências climáticas*, o GT propôs discutir pesquisas acadêmicas que abordassem situações de violência e repressão no campo a partir de experiências de deslocamentos forçados de camponeses e camponesas motivados por enchentes, falta de água, desmatamentos, secas extremas e outras experiências provocadas pelas mudanças do clima e as formas como atingem frontalmente o campo brasileiro. Nesse sentido, o debate também agrega o negacionismo climático, impulsionado pelo

discurso neoliberal de mineradoras, madeireiras, agrohidronegócio e outros atores políticos e agentes econômicos que violentam o acesso à terra e territórios de povos do campo, das águas e das florestas.

O GT recebeu apenas cinco trabalhos, abordando temas como as diversas formas de resistência camponesa e indígena ao longo da ditadura empresarial-militar, motivadas fundamentalmente pelos planos de desenvolvimento federais e estaduais. Um dos trabalhos olha para o tema a partir da emergência do discurso ambientalista do MST.

Na primeira parte deste texto, apresentamos os resumos dos trabalhos selecionados. Na segunda, fazemos algumas questões a partir das reflexões acumuladas no debate do GT e dos novos temas que se colocam.

## **1. Os trabalhos inscritos e seus temas**

1.1. *A guerrilha do Guamá: resistência camponesa no Nordeste do Pará*, de autoria de Halyme Ray Franco Antunes, Gilney Amorim Viana e Jorg Nowak.

Os autores analisam um conflito ocorrido entre 1981 e 1985, numa área sob controle da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará (Cidapar), criada em 1968 no município de Viseu, nordeste do Pará. O objetivo do texto é mostrar as características que permitiram que o conflito fosse considerado uma guerrilha.

A empresa faliu em 1980 e suas terras foram arrematadas pelo Banco Denasa de Investimentos S/A (BDI), que se associou ao grupo Joaquim Oliveira S/A Participações (Josapar), sediado no Rio Grande do Sul. Trata-se de um conglomerado composto por várias empresas, principalmente a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do

Estado do Pará (Propará) e a Sociedade Anônima Agropastoril Grupiá, nas quais a Josapar detinha 60% das ações. Na região viviam famílias camponesas posseiras e comunidades quilombolas. Além disso, a gleba recobria parte das terras dos indígenas Tembé.

Frente às ameaças de expulsão, os camponeses se organizaram e passaram a resistir. As primeiras ações consistiram em caravanas a Belém para reivindicar a saída das empresas e melhoria da infraestrutura nas vilas e povoados. Essas demandas foram ignoradas pelo governo estadual. Com as ameaças e o assassinato de um dos líderes, Sebastião Mearim, em 1981, a resistência se reforçou e em 1983 assumiu o formato de *guerrilha camponesa*, com o objetivo de “liberação” da terra. Os integrantes da luta armada tinham amplo apoio da população, uma vez que lhes foi delegado o poder de defesa pelas comunidades. Estas forneciam mantimentos, munição, local para se esconder e proteção aos chamados *gatilheiros*, camponeses da própria comunidade que deixaram suas famílias com o propósito de defender a permanência na terra. Os autores do artigo sustentam que se tratava de uma *guerrilha camponesa*, levada a efeito pelos próprios camponeses, em contraste com as *guerrilhas rurais*, produto da ação armada de militantes de partidos ou movimentos políticos que se deslocaram para o campo.

Para combatê-la, a Polícia Militar seguiu o manual utilizado pelo Exército no combate à Guerrilha do Araguaia: cercar e ocupar o território, semear o terror, coletar informações sobre a rede de apoio à guerrilha e prender lideranças, utilizando também a Ação Cívico-Social do Exército (Aciso) para atender às demandas imediatas da população. Para tanto, valiam-se de terceiros, como infiltrados, guias e combatentes. A repressão contou com o apoio de grupos privados constituídos pelo grupo empresarial e outros fazendeiros da região.

Em 1985, foi assassinado Quintino, então principal liderança, e alguns dos grupos armados de resistência camponesa foram desmobilizados. Outros ainda resistiram, até que foram eliminados pela ação conjunta da polícia com agentes privados.

1.2. *As lutas camponesas e as mulheres do campo*, de autoria de Vanessa Borges Tavares de Sousa e Halyme Ray Franco Antunes.

O texto apresenta o papel das mulheres nos movimentos sociais rurais, desde o que as autoras chamam de resistências pré-capitalistas, como messianismo e banditismo, até sua atuação nas Ligas Camponesas e no final da ditadura civil-militar.

As autoras fazem um breve histórico das lutas camponesas e destacam figuras femininas centrais nesses processos. Defendem que as primeiras lutas camponesas surgiram no início da República, com os movimentos messiânicos e o banditismo (Martins, 1981), compreendidos como sendo pré-políticos. Não mencionam, no entanto, diversos movimentos de rebeldia nos séculos anteriores, bem como as lutas dos escravos pela autonomia e dos colonos do café por melhores condições de contratação.

Chamam a atenção para a participação das mulheres no cangaço, apontando que elas usavam vestidos mais curtos, maquiavam-se e dançavam, o que era considerado sinal de liberdade, pois rompiam com os códigos morais vigentes na época. Por isso, essas pequenas transgressões ganhavam um significado simbólico poderoso dentro do cangaço. A presença feminina foi significativa e era associada à redução da violência e ao mito das *guerreiras do sertão*. Mulheres como Maria Dea e Dadá exerceram liderança e influenciaram decisões, fortalecendo alianças locais. No entanto, essa participação, segundo as autoras, é frequentemente romantizada nos relatos históricos.

No que diz respeito às lutas dos anos 1950/60, destacam, nas Ligas Camponesas, o papel de Alexina Crespo, companheira de Francisco Julião, liderando a ala mais à esquerda do movimento e defendendo que a reforma agrária só poderia ser conquistada por meio da luta armada, em um processo revolucionário conduzido pelo próprio povo (Santiago, 2012). Indicam que sua militância extrapolou as fronteiras nacionais: participou de treinamentos guerrilheiros em Cuba e buscou apoio internacional, chegando a solicitar armas a Mao Tse-tung para impulsionar a revolução no Nordeste. Destacam sua máxima: “Reforma agrária só na marra”, que evidencia seu engajamento em uma perspectiva de transformação estrutural e não conciliatória. Além de Alexina Crespo, as autoras dão relevo a Elizabeth Teixeira, que se tornou um símbolo das Ligas Camponesas e da luta pela terra no Brasil.

Já no período final da ditadura militar, chamam a atenção para a atuação de Margarida Maria Alves, liderança sindical assassinada em 1983, que se destacou na luta por direitos trabalhistas quando presidia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba. Finalmente, tratando ainda dos anos 1980, mencionam Antônia Flor, que se destacou na luta pela terra e resistência ao latifúndio no Piauí e foi assassinada em 1984, e Roseli Nunes, que participou da ocupação da fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, e foi morta por um caminhão desgovernado.

O texto ressalta a trajetória das lutas camponesas no século XX, até o final da ditadura. Infelizmente, não avança no protagonismo das mulheres nas últimas décadas.

1.3. *Impactos do II PND no Brasil Rural: expansão da monocultura, concentração fundiária e conflitos agrários*, de autoria de Livia Rodrigues Canabrava e José Alves Dias.

No texto é analisado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1978), implementado durante o governo Ernesto Geisel, e sua influência no meio rural brasileiro. Os autores mostram como, sob o discurso de progresso, o Plano promoveu a modernização agroindustrial, favorecendo grandes corporações e latifundiários, em detrimento de comunidades indígenas, quilombolas e pequenos agricultores. Incentivou a concentração fundiária e a produção voltada à exportação. Como consequência, intensificou-se a migração para as periferias urbanas, desestruturando modos de vida tradicionais. Também se agravaram os conflitos agrários e as violações de direitos territoriais.

Os autores partem da concepção de desenvolvimento de Florestan Fernandes: forma histórica pela qual os homens lutam socialmente pelo destino do mundo em que vivem, integrando os ideais de organização da vida e de domínio ativo sobre os fatores de desequilíbrio presentes na sociedade de classes. Dessa forma, o desenvolvimento não pode ser visto como se fosse apenas um processo linear de crescimento econômico ou de modernização tecnológica, mas é preciso analisá-lo levando em conta as relações de classe e a dependência estrutural em relação ao capitalismo internacional, elementos produtores de contradições internas.

Com esse pano de fundo, mostram que o II PND tinha como um dos objetivos a integração de regiões consideradas subdesenvolvidas, como as regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, à lógica do crescimento econômico nacional. Foram destinados recursos significativos para programas de desenvolvimento agrícola e industrial nessas áreas, como é o caso do Poloamazônia e do Polocentro, que levaram à expulsão de pequenos agricultores e posseiros de suas terras. Esses programas foram fundamentais para direcionar a expansão do capital nas áreas do Cerrado, promovendo a territorialização de grandes empresas agropecuárias, que introduziram

monoculturas como a soja e transformações socioeconômicas significativas. Nesse mesmo período, o I Programa Nacional de Papel e Celulose (I PNPC) facilitou a entrada do plantio em larga escala do eucalipto em estados estratégicos como Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Pará. A expansão da monocultura sob o II PND foi facilitada pela apropriação de terras devolutas, áreas que o governo militar considerava improdutivas ou sem uso legalizado.

Concluem que os planos de desenvolvimento implementados no meio rural brasileiro contribuíram para o aumento da migração e geraram um aumento significativo dos conflitos agrários, levando ao surgimento de movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que passou a lutar pela reforma agrária e contra a concentração de terras.

#### *1.4. Os impactos das políticas econômicas da ditadura militar no território Xacriabá, de autoria de Danielle Batista Oliveira.*

O texto tem por objetivo analisar de que modo os planos de desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais durante a ditadura militar (os Planos de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste de Minas Gerais - Planoroeste I e II) resultaram em violências e afetaram profundamente o povo indígena Xakriabá, localizado no norte do estado.

A modernização do noroeste mineiro foi estruturada pelo governo estadual através do I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES) e do Planoroeste I. O PMDES favoreceu a expansão da malha rodoviária, tanto por rodovias federais, estaduais e municipais, quanto por estradas rurais; construção e implantação de novas linhas de transmissão, assim como criação de estações e subestações de energia, cujo fornecimento era dirigido para uso nas atividades agropecuárias, nas

indústrias criadas e no setor doméstico. O Planoroeste seguiu as mesmas diretrizes e, apesar de apresentar um projeto com ênfase nos produtores rurais de baixa renda, sua implementação tendeu a favorecer grandes fazendeiros e proprietários.

Os Xakriabás não tinham sua identidade indígena reconhecida e eram classificados como “camponeses comuns”. Suas terras foram consideradas devolutas e destinadas a projetos de desenvolvimento. A ditadura militar é percebida pelos Xakriabás como o “tempo da luta pela terra” ou “guerra dos 18 anos”, período de atuação da Ruralminas em seu território. Essa percepção se dá pelo reconhecimento da agressão e das políticas repressivas associadas aos projetos desenvolvimentistas, com destaque ao Planoroeste I e II. No território Xacriabá foi inclusive instalado um projeto de colonização.

Foram vários os impactos dessas políticas, entre eles o cultural, que reverberou em diferentes esferas, como a do “circular” Xakriabá: para esse povo, a circulação não se restringe a uma movimentação física, mas envolve significados profundos vinculados à vida coletiva, à espiritualidade e acesso a fontes naturais do território, como rios, matas, ervas medicinais, frutos, locais sagrados e moradia dos *encantados*. O impedimento da circulação se deu pela invasão e ocupação do território, pela repressão dos fazendeiros por meio dos capangas e coligações com forças policiais, pelo fechamento de estradas utilizadas pelos Xakriabás e cercamento de suas aldeias. Também foram impedidos de circular para fora do território indígena, dificultando, assim, a denúncia das condições em que estavam inseridos. Do ponto de vista ambiental, a derrubada das matas e a implantação de novos cultivos ocasionaram um processo de degradação e alteração do ecossistema local.

Nesse contexto, iniciou-se, de acordo com os dados da Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais (Covemg, 2017) um processo de resistência, luta pela terra, busca de reconhecimento da identidade e

manutenção cultural e territorial. Em 1979, a Terra Indígena Xakriabá foi demarcada e criada uma reserva com 46 mil hectares, mas não houve retirada dos invasores. Com isso, intensificou-se a disputa entre os indígenas e grileiros, posseiros e fazendeiros e a violência atingiu um novo estágio. O “fim da guerra” ocorreu somente em 1987, com a chamada “Chacina Xakriabá”, quando foram assassinadas lideranças da comunidade indígena e a TI foi finalmente homologada.

1.5. *Lideranças da reforma agrária diante da emergência climática: formação de sujeitos ecologistas no campo brasileiro*, de autoria de José Caio Quadrado Alves e Paulo Eduardo Moruzzi Marques.

Os autores discutem a emergência de circunstâncias sociais que, nas últimas décadas, lançaram luz sobre as formas de violência ambiental em conflitos no campo brasileiro, bem como a internalização de disposições ecologistas em lideranças do MST em tempos de emergência climática global. O estudo busca compreender o processo de socialização de disposições - realidades sociais incorporadas no passado - favoráveis à conservação ambiental e as estratégias do MST na promoção de contextos relacionais em que as lideranças eram estimuladas a atualizar ou adotar disposições ecologistas em relação ao mundo agroalimentar. Chamam a atenção para a década de 1980 como sendo o momento da incorporação das discussões ambientais aos estudos rurais, promovendo o reconhecimento dessas questões como questões públicas.

O objetivo do texto é discutir a emergência de circunstâncias sociais que permitem perceber as questões ambientais em conflitos no campo brasileiro e compreender a internalização de disposições por meio da análise da trajetória de lideranças do MST. Para tanto, os autores propõem-se a investigar a formação política dos sem-terra em tempos de emergência

climática global e tomam como caso para análise o uso dos agrotóxicos e seus efeitos.

Apontam que as políticas nacionais de incentivo ao emprego de agrotóxico tiveram início no Brasil com o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (1973-1985), instituído pelo regime militar, por meio de um pacote tecnológico globalmente fomentado sob a justificativa de responder aos riscos de insegurança alimentar e desabastecimento global de alimentos.

De uma ampla pesquisa, os autores selecionam uma entrevista para ser explorada, ressaltando a importância de olhar para as histórias de vida como fonte de reflexão. Relatam o caso de uma família toda ela adoecida pelos efeitos dos agrotóxicos utilizados por um fazendeiro vizinho. A entrevistada aproximou-se do MST e incorporou o discurso ambientalista. Segundo os autores, a internalização precoce de disposições ecologistas, ocorrida durante sua socialização primária (pela família) e exercitada ao longo dos anos, favoreceu sua adesão ao MST, espaço onde essas disposições foram atualizadas, cultivadas e mobilizadas na prática militante em defesa de uma reforma agrária ambientalmente diferenciada.

Concluem mostrando como, nos anos 2000, o MST incorporou a defesa do meio ambiente e a promoção de agriculturas alternativas em seu estatuto. Tal processo ocorreu após a falência do modelo de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) e do estreitamento de relações com a Via Campesina. A partir daí produz uma série de *Cadernos de Formação* que mostram essa virada ecológica.

## **2. Comentários e questões trazidas pelos textos**

### *2.1. Mudanças climáticas e suas relações com processos de expropriação*

O consenso científico atual aponta que as mudanças climáticas são causadas pela ação humana sobre a natureza. Tal constatação é parte do Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022), que destaca que as mudanças climáticas provocam perturbações profundas e generalizadas na natureza, afetando globalmente a vida de bilhões de pessoas e espécies de seres vivos. A elevação da temperatura média global tem intensificado os eventos climáticos extremos em diversas partes do mundo, impactando direta e negativamente a biodiversidade e os ecossistemas. O Relatório alerta para os impactos das mudanças climáticas sobre a segurança alimentar e as cadeias produtivas agrícolas, incluindo a produção de alimentos e fibras (IPCC, 2022).

Tais alterações, como elevação da temperatura e seus efeitos, têm fortes impactos sociais. Povos e comunidades rurais e tradicionais, indígenas e comunidades periféricas são as mais atingidas. O debate socioambiental tem alertado para os desafios e desigualdades que esses grupos enfrentam diante do avanço de desmatamentos, mau uso e formas intensivas de exploração da terra, resultantes de projetos econômicos (agrohidronegócio, mineradoras, madeireiras e outros negócios) que privilegiam a exploração e devastação da natureza (Terra de Direitos, 2025).

Junto aos desafios e problemáticas que esse debate apresenta, há fortes indicações de que a violência e repressão no campo persistem e se (re)atualizam. Nesse sentido, o debate transcende a pauta ambiental estrita para adentrar ao campo político da questão agrária (terra e território) e das lutas e resistências camponesas. A persistência da experiência histórica dolorosa vivida em tempos de ditadura, com a avidez dos megaprojetos de modernização, gerou muita violência e repressão no campo. Os impactos deixaram rastros devastadores na natureza e na vida de muitos camponeses

e camponesas, seja pela imposição da desterritorialização, seja por outras formas de violação que atingiram diretamente corpos, famílias e coletivos.

Os governos militares e suas políticas de modernização tiveram papel significativo para as mudanças do clima que atualmente vivemos. A Amazônia e o Cerrado, as comunidades rurais, tradicionais e indígenas que lá vivem foram intensamente violentadas com a modernização devastadora que atingiu as florestas e os cerrados. O texto *Impactos do II PND no Brasil Rural: expansão da monocultura, concentração fundiária e conflitos agrários*, de Livia Rodrigues Canabrava e José Alves Dias, analisa bem as agruras/adversidades provocadas pela modernização provocada pelo II PND e suas promessas de mudanças estruturais no campo.

Também Danielle Batista, em seu texto sobre os Xakriabá, traz importante contribuição ao mostrar as formas de violência contra esses indígenas a partir de projetos estaduais que reproduziram o modelo de modernização dos governos militares. O trabalho traz a oportunidade de aprofundar o debate sobre a responsabilização dos governos militares e seus apoiadores (civis e empresariais), violações praticadas contra os indígenas e a perda do território. Importante lembrar a (re)atualização da violência contra os Xakriabá ocorrida nos anos 1980 quando a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) ao construir barragens inundou longos trechos de áreas agricultáveis dos Xacriabás (Terras Indígenas no Brasil, 2003). A mesma violência se (re)atualiza nos grandes projetos de mineração que atingem povos indígenas, seus territórios e suas águas, como os Krenak, que foram afetados pelos rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho num crime socioambiental sem precedentes.

Os textos apresentados não tratam diretamente das questões ambientais e climáticas, mas permitem, a partir da perspectiva histórica que

apresentam, discutir no GT as seguintes questões: 1) (re)atualizações teórico-metodológicas necessárias para análises de períodos históricos como a ditadura e seus impactos no meio rural brasileiro; 2) contribuição dos governos militares e seus apoiadores para o atual quadro global das mudanças climáticas, com suas políticas de estímulo ao desmatamento e práticas de violação aos modos de vida no campo; 3) (re)atualização da violência e repressão no campo em tempos de mudanças climáticas a partir de análises de períodos tão marcantes da história brasileira; 4) presença desse projeto no negacionismo climático, gerando situações de violência e repressão no campo, a partir de deslocamentos forçados de camponeses e camponesas motivados por secas extremas, enchentes, falta de água, desmatamentos e outras experiências.

## *2. 2 Políticas do regime militar*

Um dos temas abordados pelos trabalhos enviados diz respeito às políticas desenvolvimentistas do regime militar e seus efeitos sobre a população camponesa e indígena. Abertura de estradas, projetos de colonização, concessão de terras pelos governos federal e estaduais, grilagem, ocupação de terras por grandes empresas em detrimento das populações locais foram ações recorrentes que se somaram ao acesso a crédito farto e barato pelas empresas, assistência técnica e apoio à indústria de máquinas e insumos agrícolas e grandes projetos geradores de energia, como é o caso das barragens que começaram a se multiplicar em meados dos anos 1970 (Itaipu na fronteira Brasil, Paraguai e Argentina; Moxotó, Sobradinho, Itaparica no Vale do São Francisco; Tucuruí na região Norte, entre outros).

Essa política tinha por norte a ideia de desenvolvimento, entendido como extensão de tecnologias, em especial com base na ação de grandes

conglomerados, e aprofundou fraturas que já vinham de longe, em especial pela contraposição entre moderno e atraso; desenvolvimento e subdesenvolvimento. O que procuramos ressaltar para debate no grupo é a persistência da ideia de desenvolvimento como uma espécie de proposta salvadora, mesmo que em detrimento do massacre de populações locais, tanto físico (eliminação das pessoas, estímulo ou mesmo imposição de migração), quanto cultural (caracterização das culturas locais como atrasadas e conseqüente desprezo a elas). Em que pese o fim da ditadura, a ênfase na concepção de desenvolvimento alimentada (mas não criada) por ela manteve-se ativa, mesmo nos governos progressistas. Exemplo claro é a Usina de Belo Monte, instalada no âmbito do Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC), no governo Dilma Roussef. Ao mesmo tempo surgem novas adjetivações de desenvolvimento (sustentável, por exemplo) que se relacionam com um diagnóstico de insustentabilidade do modelo dominante.

Um outro aspecto a ser problematizado é a persistente dificuldade do Estado brasileiro de produzir dados, sistematizar informações sobre a propriedade da terra, problematizar a função de cartórios, de atores ligados ao Estado, de relações de parentesco etc que mediam esses processos de apropriação fundiária e de expropriação. Torna-se importante ressaltar o lugar das políticas públicas relacionadas ao acesso à terra como uma das chaves explicativas mais consistentes da violência. O que merece indagação e reflexão é a análise de sua persistência ao longo do tempo, dando atualidade às reflexões feitas por Ligia Osório Silva sobre os efeitos da Lei de Terras de 1850 (Silva, 1996). É um elemento que persiste e está nas estranhas das formas moleculares de ação do Estado, considerando a frouxidão da legislação fundiária. É importante lembrar que o primeiro cadastro oficial de propriedade no país foi iniciado em 1967. Desde então, chama a atenção o fato dele e dos que seguiram serem autodeclaratórios e seguidos de pouca fiscalização, permitindo a recorrência de fraudes.

Por fim, há que ressaltar que as políticas mencionadas se caracterizam pelo não reconhecimento das populações afetadas. Ficou célebre a frase do presidente Médici: “terras sem homens para homens sem terra”. É como se não houvesse pessoas morando nas regiões onde as empresas e os projetos de colonização chegavam. Isso fica claro tanto no caso do conflito da gleba Cidapar, onde havia posseiros há décadas, quanto no caso dos Xakriabás, ignorado enquanto povo, em especial no que se refere ao reconhecimento e demarcação de suas terras que foi feito bem tardiamente. A presença das populações locais era sistematicamente vista como obstáculo ao desenvolvimento.

### *2.3 Violência*

Os conflitos gerados pela disputa pela terra e a violência decorrente colocam em um lado agricultores familiares, comunidades e populações tradicionais, aqueles que sofrem diretamente as violências, e, do outro, o Estado, as corporações multinacionais, o agronegócio que causam os conflitos nos territórios, por meio de sua força política e econômica. Esses conflitos geram desigualdades, opressões e violências que se configuram em ameaças, despejos, expulsões, assassinatos, além de outros mais sutis e indiretos.

Dados gerados anualmente pelo relatório *Conflitos no Campo* da Comissão Pastoral da Terra (CPT) têm revelado a dimensão da problemática da violência no campo no Brasil. O último relatório, referente ao ano de 2024, registra 2.185 conflitos no campo, uma leve queda de quase 3 % em relação aos 2.250 casos em 2023 (que foi o maior índice desde 1985). Despejos, ameaças de despejo, grilagem, pistolagem, destruição de pertences, expulsão, incêndios, contaminações figuram entre as violências que atingem povos e comunidades do campo e indígenas (CPT, 2024).

No contexto de crise ambiental e climática, o relatório traz ainda outros dados alarmantes. São 276 ocorrências de contaminação por agrotóxico (o maior registro em uma década), 266 ocorrências de conflitos por água (16% a mais em relação a 2023), representando o terceiro maior número de casos nos últimos cinco anos. Os dados são estarrecedores e revelam como as situações de conflitos e violência no campo persistem e continuam mesmo em governos democráticos. Para essa análise, também vale chamar a atenção para perspectivas sobre a violência ambiental, que gera situações que atingem comunidades rurais e indígenas, como enchentes, inundações, secas extremas, incêndios criminosos e outras formas.

A estrutura agrária fundada nos interesses empresariais do agrohidronegócio ameaça, exclui e violenta. As mulheres rurais estão entre as vítimas, desde o ataque direto aos seus corpos até a negação do direito à terra e aos territórios em seus nomes ou no dos coletivos que representam. O cenário dos conflitos e das violências causados pelos embates desproporcionais na luta pela terra, nas disputas pelos territórios, é atual e presente na vida das mulheres rurais. Com efeito, os dados da violência contra mulheres em conflitos agrários revelam a sua gravidade. Costa e Aguiar (2023), a partir de dados do relatório *Conflitos no Campo no Brasil, 2020* da CPT, registram que, entre 2011 e 2020, foram identificadas 77 tentativas e 37 assassinatos de mulheres em razão de conflitos fundiários e socioambientais e que, na última década, 1.814 mulheres sofreram algum tipo de violência em contextos diversos de lutas por direitos territoriais e socioambientais. As autoras lembram que, no conjunto das violências cometidas contra as mulheres, incluem-se agressões, ameaças de morte, detenções, estupros, lesões corporais, humilhações, intimidações e prisões.

Nos últimos dez anos, o Brasil tem enfrentado um crescimento alarmante nos conflitos agrários, com destaque para os embates relacionados

à posse da terra, que representam 71,80% do total (CPT, 2023). Em 2023, o relatório da CPT registrou 33 assassinatos no campo. Dentre as vítimas, foram cinco mulheres assassinadas. As ações violentas têm relação direta com pistolagem a mando dos grileiros e latifundiários. A disputa pela terra e pelos territórios afeta principalmente as populações indígenas (34,66%), as comunidades quilombolas (23,1%) e os trabalhadores e trabalhadoras sem-terra (12,45%), bem como a vida das mulheres destes diferentes grupos sociais (CPT, 2023).

Em 2024, foram registradas 222 mulheres vítimas de violências, parte de um total de 1.165 pessoas afetadas por violência no campo. Esse número representa uma redução de cerca de 21 % em relação a 2023, quando 1.480 pessoas foram atingidas (CPT, 2024).

Esses números evidenciam não apenas a escalada da violência no meio rural, mas também a vulnerabilidade de populações tradicionais, trabalhadoras e trabalhadores rurais, que sofrem com a impunidade e a falta de políticas públicas eficazes. A persistência desses conflitos exige ações urgentes do Estado e da sociedade para garantir direitos fundamentais de proteção territorial e justiça para as vítimas.

Além da violência direta, que causa a morte e agride as populações e comunidades do campo, a questão fundiária no Brasil também é marcada por deslocamentos e abandonos forçados das terras, motivados por grilagem, mineração e expansão do agrobusiness.

Nesse contexto não se pode perder de vista a necessidade urgente de uma ampla, efetiva e eficiente reforma agrária como arranjo fundamental para a democratização do acesso à terra e aos territórios. No que se refere às mulheres, essa política merece especial atenção em dois sentidos: primeiro, pelo papel que as mulheres representam na luta pela terra. Em nome desta luta muitas mulheres foram violentadas e muitas perderam suas vidas.

Segundo, garantir a reforma agrária significa enfrentar conflitos por terra e o avanço do agronegócio, estrutura agrária violenta e reprodutora do patriarcado, do machismo e da misoginia.

No entanto, as condições para uma mudança desse quadro são difíceis. Por um lado, há que considerar o peso dos interesses ligados ao agrohidronegócio no Congresso Nacional, a cultura do Poder Judiciário brasileiro que leva os juízes a tendencialmente se colocarem a favor dos direitos de propriedade, a fragilidade dos cadastros de terra, a pressão que os interesses ligados à propriedade conseguem eficazmente fazer sobre o Poder Executivo. Por outro, há uma dificuldade dos movimentos de luta pela terra em ganhar espaços no Congresso, negociar com o Executivo, produzir novas leituras da lei. No entanto, em especial no que se refere a este último ponto, tem havido alguns progressos, com o crescimento de redes de advogados populares, que vem feito um enorme esforço de mobilizar a lei na defesa dos direitos de indígenas, populações tradicionais, dos sem-terra, de posseiros.

Finalmente, há que ressaltar a ausência de punição dos responsáveis pela violência. Via de regra, os mandantes têm ficado impunes ou sequer são identificados. O julgamento e a condenação, quando ocorrem, voltam-se para os executores (pistoleiros, via de regra) e raramente para os mandantes, que são acobertados por diferentes mecanismos. O caso do assassinato de Margarida Alves é exemplar desse ponto de vista.

#### *2.4. Lugar das mulheres nas resistências no campo*

A literatura tem falado dos conflitos no campo sob uma perspectiva masculina. Os líderes são sempre homens e isso tem a ver com o lugar subordinado das mulheres, inclusive na trajetória do campesinato. O texto de Vanessa Tavares de Sousa e Halyme Antunes destaca a presença de mulheres como lideranças, ressaltando já nos anos 1960 essa presença, quer no meio

camponês (Elizabeth Teixeira), quer na mediação dos conflitos (Alexina Crespo). Trazem ainda exemplos de outros momentos em que se projetam lideranças femininas, como é o caso de Antônia Flor, Margarida Alves e Roseli Nunes. Se foram poucas as presenças de mulheres, os casos apontados permitem reflexões importantes sobre as posições ocupadas por mulheres: no caso de Elizabeth Teixeira, embora tivesse funções na Liga, era a figura de João Pedro que se destacava. Elizabeth assume quando ele é assassinado. O mesmo não se passa nos demais casos: Alexina Crespo tinha uma posição relativamente independente do marido, assim como Margarida Maria Alves e Antônia Flor. São pistas interessantes para entender as condições que permitem a projeção das mulheres, inclusive ocupando postos de direção em sindicatos rurais.

Mas há uma outra questão que precisa ser melhor debatida e analisada: a presença silenciosa das mulheres como apoio das lutas, de alguma forma garantindo as condições para a projeção da liderança masculina: o cuidado da casa, dos filhos, o trabalho no lote para reprodução das condições materiais, uma vez que as lideranças nem sempre podem estar presentes no dia a dia da família. Trata-se de considerar, como aponta Bourdieu (1989), quando discute a representação política, que, para ser líder, ter lugar e reconhecimento numa organização, é preciso também ter tempo livre para a militância, por mais limitada e localizada que seja. Cuidar dos filhos, mas também de fazer pontes para denúncias, acompanhar situações de prisão, construir canais que permitam a publicização de ações são também ações políticas, embora certamente menos visíveis. Ou seja, se falamos dos conflitos a partir das lideranças, vemos homens. Se olhamos o cotidiano das lutas, o papel das mulheres ganha destaque. São elas que, encarregadas dos cuidados com crianças, idosos, enfim, da reprodução da família, têm menos tempo livre.

No debate sobre o lugar das mulheres nas resistências, é preciso também voltar o olhar para aquelas que estão hoje na linha de frente das lutas pelos direitos territoriais e socioambientais e, portanto, contra os efeitos das mudanças climáticas. A Marcha das Margaridas, que agrega as mulheres do campo, das águas e das florestas, tem representado nos últimos 25 anos a expressão da força e resistência das mulheres nesse sentido. Têm sido elas as responsáveis por denunciarem a concentração de terras, a exclusão social e racial e o impacto direto sobre suas vidas. O latifúndio que, desde a colonização, cravou raízes profundas no patriarcado e no machismo, se reproduz na violência estrutural que invisibiliza mulheres, suas histórias de vida e de luta.

Em 2023, as Margaridas trouxeram um conjunto de demandas que tratavam diretamente da luta pela democratização da terra e garantia dos direitos territoriais e maréitorios (Contag, 2023b). Denunciaram os intensos conflitos fundiários e ambientais resultantes da concentração da terra com o avanço do agronegócio, que invariavelmente resulta em muita violência contra as mulheres rurais e contra a natureza (ecocídio). Apontaram como solução a democratização do acesso à terra e territórios, políticas públicas adequadas para permanência nos territórios, fortalecimento das políticas ambientais e da agroecologia para a garantia de vida digna das mulheres, sem violência no campo. As Margaridas avançaram a pauta da proteção da natureza com justiça ambiental e climática (Contag, 2023a) e chamaram a atenção para a condição de vulnerabilidade das mulheres dos campos, das águas e das florestas, diante dos impactos negativos do desmatamento, do garimpo ilegal, da poluição das águas e do ar, do uso intensivo de agrotóxico, dos grandes empreendimentos econômicos. Elas resistem diante do quadro emergencial da vida. Clamam por justiça e denunciam o racismo ambiental.

Assim, entendemos que é importante trazer para o GT a discussão do papel e importância das mulheres nas lutas históricas, mas também o seu papel como responsáveis pelo cuidado da terra e como importantes aliadas na busca por solução para as mudanças climáticas.

Para o debate, ressaltamos ainda a contribuição de José Caio Quadrado Alves e Paulo Eduardo Moruzzi Marques que trazem a presença de outro movimento social fundamental na luta pela terra e por justiça ambiental, o MST. O Movimento na sua luta história pela terra se aliou nos últimos anos à pauta ambiental com força, apontando alternativas produtivas e de vida, a partir da agroecologia, como modelo socioambiental capaz de fazer frente ao modelo hegemônico do agronegócio. Ao relatar a experiência de vida de familiares “assassinados pelo veneno” (violência ambiental), reafirmam a condição vulnerável dos sujeitos do campo, em especial as mulheres, e a necessidade do debate em tempos de emergência climática global.

### **3. Considerações finais: temas para debate e para pesquisas futuras**

Apesar do GT ter recebido poucos trabalhos, os cinco textos submetidos forneceram importantes contribuições para discussões sobre violência e repressão no campo, persistências e (re)atualizações em tempos de mudanças climáticas. Vimos como a violência parte da repressão política, em tempos de regimes autoritários, para atingir outros campos como a violência ambiental que, a partir de projetos que se reproduzem, reprimem, matam e assassinam a partir de outros mecanismos e estratégias. Assim, o olhar sobre a história, como proposto na maior parte dos textos apresentados ao GT, é fundamental para compreender mais as continuidades (do que descontinuidades) da repressão no campo.

As mulheres do campo são as mais vulneráveis diante do contexto global e suas emergências. A solução para demandas históricas como a

reforma agrária ainda está longe de ser concretamente encaminhada. Da inviabilidade de suas lutas, as mulheres persistem na Marcha das Margaridas e em outros movimentos sociais que abraçam a pauta socioambiental diante das mudanças climáticas.

A pauta socioambiental, tão presente na luta pela terra se (re)atualiza na emergência posta pelas mudanças climáticas, negando o agronegócio, a violência no campo e clamando por justiça ambiental climática.

Tendo em vista esses apontamentos, propomos como eixos de debate:

> as diferentes formas de protagonismo das mulheres nas diversas formas de conflito no campo (por acesso à terra, por território, em defesa do ambiente e da justiça climática etc).

> análise de propostas alternativas de desenvolvimento apresentadas por movimentos sociais (por exemplo, agroecologia) e as tensões que provocam no interior de comunidades rurais, inclusive nos assentamentos.

> possibilidades de ampliar o debate sobre justiça de transição, agregando à discussão das violações de direitos humanos a indissociabilidade entre a pauta ambiental e a agrária, a partir de contextos históricos que (re)atualizam essas pautas. Nessa perspectiva, será necessário pensar novas responsabilizações, envolvendo agentes empresariais, mas também estatais.

> novos investimentos em estudos sobre as ações da ditadura no campo e no período posterior a ela, identificando ações de empresas e de pessoas, de forma a pensar as possibilidades de avançar os estudos sobre responsabilidade empresarial, iniciados a partir do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense, da Universidade Federal de São Paulo (Caaf/Unifesp).

> avançar nas discussões sobre interseccionalidade (classe, raça, gênero, idade) e na sua relação com violência no campo;

- > analisar a violência e suas marcas na vida das famílias, tendo como norte o caso mais conhecido: o de Elizabeth Teixeira, mas que está longe de ser o único.
- > razões da continuidade da violência pós-ditadura, suas condições estruturais e a dificuldade de por fim a ela, ou mesmo reduzi-la.
- > se os estudos sobre violência contra camponeses, povos indígenas e tradicionais têm ganhado fôlego, o mesmo não ocorre quando se fala em assalariados do campo, violação de direitos trabalhistas etc. Nesse sentido, ganham destaque as pesquisas do grupo coordenado por Maria Aparecida Moraes, da Universidade Federal de São Carlos (UfSCar).

## Referências

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.
- CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Caderno de textos para estudos e debates – Proteção da natureza, com justiça ambiental e climática (Caderno 5)*. Marcha das Margaridas 2023. Brasília: Contag, 2023a.
- CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. *Caderno de textos para estudos e debates – Democratização do acesso à garantia dos direitos territoriais e dos maretórios (Caderno 8)*. Marcha das Margaridas 2023. Brasília: Contag, 2023b.
- COSTA, Maria José Moraes; AGUIAR, Vilênia. Políticas públicas, mulheres e violência no campo, *Nexo Jornal*, 2023. <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2021/08/11/politicas-publicas-mulheres-e-a-violencia-no-campo>. Acesso em julho 2025.
- COVEMG – Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico]: *Relatório / Governo do Estado*. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. 341 p. 20 x 27cm - (Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais; v. 1).
- CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Conflitos no Campo Brasil, 2023*. Goiânia, GO: Comissão Pastoral da Terra, 2024.
- CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Conflitos no Campo Brasil, 2024*. Goiânia, GO: Comissão Pastoral da Terra, 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. IPCC, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>

MAPA DE CONFLITOS. *Injustiça ambiental e saúde no Brasil*. <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mg-violencia-contra-xakriabas-prevalece-ate-mesmo-em-municipio-onde-sao-maioria-em-meio-a-assassinatos-e-obras-de-barragem-que-fazem-aumentar-a-seca/>. Acesso em julho 2025.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 2. n. 3, 1989, p. 3-15.

SANTIAGO, Vandek. Francisco Julião, as Ligas e o golpe militar de 64. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas 1954-1964*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

TERRA DE DIREITOS. *O que povos e comunidades tradicionais precisam saber sobre a política climática e a COP-30?* Brasília, DF: Terra de Direitos, 2025.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL, ISA. Cimi, 2003. *Povo indígena Xacriabá denuncia prejuízos com barragem construída pela Codevasf*. <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/8745>. Acesso em julho 2025.